

**AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN), EM PERNAMBUCO SOB  
A PERSPECTIVA DE KOSELLECK E FOUCAULT - 1967 a 1973**

PAULO MARCELO MEDEIROS DE ALBUQUERQUE E MELLO<sup>1</sup>

## **INTRODUÇÃO**

Dentre as organizações que pregavam a luta armada no período da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964, escolhemos como objeto de análise a Ação Libertadora Nacional por dois fundamentos: por sua amplitude dentro dos movimentos das esquerdas revolucionárias – sendo à organização que mais arregimentou participantes que se tornaram guerrilheiros, além de ter sido a instituição de maior tempo de atuação na luta armada contra os militares (1967 a 1973) –, assim, “(...) afirma-se que foi a maior das organizações da esquerda armada” (SALES, 2008: 212). O segundo motivo é pelo fato da organização ter sido arquitetada por uma personagem que participou diretamente em importantes processos políticos nacionais do século XX. Segundo o sociólogo Ridenti, “Marighella encarnou como ninguém o drama da história contemporânea do Brasil, de uma perspectiva dos vencidos” (RIDENTI, 1999: 14). Carlos Marighella iniciou atuando como militante do Partido Comunista Brasileiro durante a ditadura de Getúlio Vargas<sup>2</sup> quando foi preso e torturado. Tornou-se Deputado Federal Constituinte em 1946. Participou ativamente da campanha “O Petróleo é Nosso<sup>3</sup>” no decênio de 1950 e foi líder da ALN após o golpe civil-militar de 1964. Além da carreira política, escreveu diversos livros, entre eles “A Crise Brasileira” (1966), “Porque Resisti à Prisão” (1964) e o “Mine-manual do Guerrilheiro Urbano” (1969). Concebeu poemas como Rondó da Liberdade, Fernando de Noronha e Pão de açúcar. Era uma figura pública admirada por vários intelectuais e artistas como: Antônio Cândido, Jorge Amado, Glauber Rocha e Caetano Veloso.

A Ação Libertadora Nacional foi uma organização de extrema esquerda fundada em 1967 por Carlos Marighella. Este havia rompido com o PCB por discordar dos caminhos de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em História e graduado em licenciatura e Bacharelado em História.

<sup>2</sup> Período 1930 e 1945, quando Vargas governou o Brasil por 15 anos e de forma contínua. Compreende a Segunda República e a Terceira República (Estado Novo). Essa época foi um divisor de águas na história brasileira por causa das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

<sup>3</sup> Campanha pela autonomia brasileira no campo do petróleo ocorrido entre os anos de 1947 à 1953.

resistência não armada que o Partidão houvera tomado após o golpe civil-militar de 1964. Apesar do comando geral da ALN ter sido em São Paulo, muitas células foram criadas e diversas ações foram realizadas em outros estados. Neste ponto, este trabalho tem o objetivo de analisar como algumas proposições teóricas do filósofo Frances Michel Foucault e do historiador alemão Reinhardt Koselleck podem ser utilizadas na elaboração de questionamentos sobre o funcionamento da Aliança Nacional Libertadora no estado de Pernambuco.

A maioria das pesquisas sobre a ALN foca suas atenções na atuação da organização na região sudeste. Não obstante, o estado de Pernambuco sempre foi uma referência para a história política e social brasileira. No processo de resistência contra a ditadura militar o Estado teve uma participação preponderante, porém nem sempre reconhecida pela historiografia, como destaca a historiadora Dulce Pandolfi: “A história do Brasil sempre foi contada a partir do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, por isso é importante que as pesquisas contemplem outros locais, para que tenhamos outras visões e análises dos processos históricos”<sup>4</sup>. Foi escolhido o tema “Atuação da ALN em Pernambuco” para meu projeto de pesquisa de mestrado em história na UFPE, linha de pesquisa memória e cultura. Este trabalho está em andamento.

No segundo período de mestrado, cursei a disciplina Tópico especial em pesquisa histórica: leituras teóricas e metodológicas Michel Foucault e Reinhart Koselleck, ministrada pelo professor Antônio Torres Montenegro. Ao longo desta disciplina, estudamos quatro obras de Foucault: Isto não é um cachimbo; A ordem do discurso; Em defesa da sociedade; Segurança Sociedade e População; e duas obras de Koselleck: Futuro Passado e Estratos do Tempo (Introdução e Capítulo 1). Pude perceber que estes fundamentos, quando aplicados a minha pesquisa, auxiliarão no aprofundamento e na qualidade do resultado final. Para que fique estabelecido um melhor entendimento sob o tema. No primeiro capítulo deste trabalho, faremos uma breve exposição do processo de formação da ALN, a nível nacional, ancorada em algumas obras da bibliografia da organização armada. No capítulo dois, apresentaremos os objetivos e o andamento de minha pesquisa de mestrado voltada para Pernambuco. No

---

<sup>4</sup> Dulce Chaves Pandolfi, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em quatro de junho do ano de 2018.

capítulo três faremos o relacionamento das obras dos citados autores com minha pesquisa de mestrado.

## 1. AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

A estratégia de ação da ALN alegava que após a conquista da libertação nacional viria o Socialismo. O surgimento da Ação Libertadora Nacional está diretamente ligado à aproximação de Carlos Marighella no caminho da luta armada. No entanto, este processo ocorreu de forma gradual, na medida em que ele foi perdendo a confiança nas instituições democráticas brasileiras. Segundo Sales, esta insatisfação veio a público no documento, Esquema para Discussão:

A divergência de Marighella com a direção do PCB começou no ano de 1961, na renúncia de Jânio Quadros, porém só se tornaram pública com a crise no PCB após 1964 e a crescente oposição que Marighella e outros dirigentes passaram a adotar em relação à direção partidária. Esta insatisfação veio a público com a elaboração do documento intitulado “Esquema para Discussão”.

Este documento que refletia o ponto de vista dos comunistas, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias, Orlando Bonfim, Jacob Gorender e Marighella, sustentava que a causa da derrota diante dos golpistas estava no fato do PCB ter incorrido em grave desvio a direita, na medida em que alimentava ilusões a respeito das reformas de base por meio pacífico, acreditando na aliança com a burguesia nacional e com o Governo João Goulart, não tendo preparado as massas para resistir ao golpe (Sales, 2008: 202).

Podemos perceber que as críticas expressas neste documento evidenciam a existência de um ideal revolucionário no Brasil nos momentos anteriores ao golpe civil-militar de 1964, pois Marighella e seus companheiros teceram críticas severas ao apoio do PCB ao governo João Goulart<sup>5</sup>. Segundo Rolemberg: “O sentido essencial da luta armada não estava na resistência à ditadura militar; era anterior a ela: tratava-se antes, de um projeto político de combate à ordem política e econômica vigente antes de 1964” (ROLEMBERG, 2009: 54). Neste período o Brasil estava politicamente dividido e com projetos revolucionários em gestação, como disserta Reis:

De um lado amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, setores estudantis de algumas grandes universidades públicas, além de muitos graduados das forças armadas. O movimento pelas reformas lhes conferiria uma importância política considerável, e percebiam, com razão que a concretização delas haveria de consolidar uma repartição de poder e de riqueza que certamente lhes traria benefícios, materiais e simbólicos. Contudo na medida em que esses não se concretizavam, desiludiam-se com a lei e passavam crescentemente, a defender o

---

<sup>5</sup> João Belchior Marques Goulart governou o Brasil de setembro de 1961 a março de 1964.

recurso à força. De outro lado, um processo de condensação de várias correntes de oposição às reformas de base: das elites tradicionais a grupos empresariais favoráveis a projetos modernizantes <sup>6</sup>.

Em 1965, é publicado o Livro “Porque Resistir à Prisão”, o qual Carlos Marighella descreve sua prisão em maio de 1964 dentro de um cinema no Rio de Janeiro. Nesta obra, o autor começa a cogitar, embora de forma incipiente, a opção pela luta armada como instrumento de combate à Ditadura. Como destaca Sales:

Sobre os caminhos da luta política, Marighella ainda não assume a via armada como único modo possível para a revolução. Para ele a solução dos problemas brasileiros por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, ainda assim insiste que se trata de uma luta revolucionária de massa. De qualquer forma, o líder revolucionário entrevê a possibilidade de outras formas de atuação, inclusive o aparecimento de guerrilha (Sales, 2008: 203).

Esta perda de esperança nas instituições democráticas fica evidente quando comparamos alguns trechos de um documento escrito por Marighella em 1945, com os textos após o golpe civil-militar de 1964. No documento, o então militante do PCB afirmava:

O sufrágio direto, secreto e universal e o Parlamento democrático são os fundamentos da ordem democrática que nasce e na qual prevalecerá soberana a vontade dos povos; os golpes armados, a desordem, a violência não ajudarão a marcha da democracia para frente (apud NOVA; NOVOA, 1999: 159).

Em 1966, Marighella redigiu o texto “A crise Brasileira”, o qual aprofunda as questões sobre a luta armada, lançadas, como vimos anteriormente, de maneira incipiente em “Porque resistir à Prisão”. Segundo Marighella:

Os fatos indicam que o proletariado em face do tremendo impacto da abrilada, não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária que leva à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da Insurreição armada popular. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. (apud NOVA; NOVOA, 1999: 123).

Em junho de 1967, o PCB lança as Teses que seriam discutidas, no VI Congresso<sup>7</sup> do Partido, as quais o Comando Central defendia uma frente política ampla pelas liberdades democráticas. Contudo, Marighella rechaçou este documento, pois “(...) afirmava que o objetivo dos revolucionários deveria ser substituir o governo ditatorial por um que assegure a independência do País e isso só seria possível pela via armada” (SALES, 2008: 206).

---

<sup>6</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditlk/adura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 26.

<sup>7</sup> Reunido em São Paulo em dezembro de 1967, pouco mais de três anos após a instauração da ditadura civil militar no Brasil, o PCB realizou seu VI Congresso Nacional. Ali o Partido se recompôs e definiu uma linha de ação antiditatorial centrada na recusa de quaisquer propostas que não envolvessem ações políticas de massas.

O último ato que encerrou a participação de Marighella do PCB começou no momento em que este viajou para Cuba em julho de 1967 para participar da Conferência Latino-Americana de Solidariedade<sup>8</sup> (OLAS), como destaca Sales: “A Conferência significou, em certa medida, uma tendência por parte dos cubanos de tornarem-se um centro revolucionário no continente” (SALES, 2008: 206).

No bojo das proposições da OLAS, que contou com a presença de mais de setecentos representantes de diversos países, estava à leitura de que a luta de guerrilha deveria ser adotada pelos países latino americanos. Em contraponto, esta estratégia não era condizente com as prioridades do PCB, como alude Sales: “Por este motivo o PCB negou-se a participar da Conferência, além de ter feito críticas publicamente ao evento” (SALES, 2008: 206).

Após o término da OLAS, a URSS criticou fortemente seu resultado e externou a sua opinião, através de um artigo publicado no *Voz Operária*<sup>9</sup> em outubro de 1967. Denominado “A revolução e a revolução de Régis Debray<sup>10</sup>”, o artigo indicava que o apoio soviético às revoluções de esquerda na América Latina, nas condições propostas pela Conferência, não estava garantido:

Debray espera naturalmente que seus guerrilheiros conquistem a adesão e o entusiasmo da maioria da população. Mas conta chegar a isto através apenas da repercussão moral dos feitos da guerrilha entre o povo oprimido. A ideia é bonita, mas não vale um tostão. Crer na guerrilha como garantia de vitória é infantilidade. Aqui mesmo, na América Latina, temos provas dramáticas de que uma guerrilha, mesmo quando fortemente apoiada no espírito revolucionário mais ativo dos camponeses, pode ser derrotada. O erro de Debray está em colocar na base de uma teoria para o movimento revolucionário uma questão subordinada, secundária, que é a forma de luta. Em nosso país, Marighella apresenta-se como campeão desta utopia. Lênin deixou um texto clássico a este respeito. Apresenta a revolução como um processo em que se conjuga de um lado a perda pelas classes dominantes de seu poder dirigente da sociedade, devido a um aguçamento excepcional de todas as contradições do regime, e por outro o auge do descontentamento popular. (apud MIR, 1994: 233).

Marighella permaneceu em Cuba durante o período de julho a dezembro de 1967. Durante este período, o líder revolucionário foi lapidando o seu senso crítico revolucionário, como observa Gorender: “Durante a permanência na ilha seu pensamento sofreu acentuada

---

<sup>8</sup> Foi uma organização criada em agosto de 1967 em Cuba, composta por diversos movimentos revolucionários e anti-imperialistas da América Latina que, em maior ou menor medida, compartilhavam as propostas estratégicas da Revolução Cubana.

<sup>9</sup> Porta voz do PCB.

<sup>10</sup> Filósofo, jornalista, escritor e professor Frances. Escreveu o livro *A revolução na revolução*. Amigo de Fidel Castro e Che Guevara. Seguidor do marxista Louis Althusser.

flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo das teses cubanas” (GORENDER, 1999: 106).

Após estas constantes divergências públicas com a direção do partido, a saída oficial de Marighella do PCB foi oficializada. De acordo com Mir: “Retornando de Moscou, Prestes põe mãos à obra. Explodir a dissidência. Marighella seria o primeiro a ser excluído, em setembro de 67, três meses antes de VI Congresso” (MIR, 1994: 238). A saída de Marighella encerrava um ciclo histórico de trinta e três anos.

Sua guinada para a luta armada, evidenciada no início do decênio de 1960, não foi intempestiva e órfã de um processo de avaliação. Ela um desencadeamento de vários desencantos vividos pelo político durante quase 35 anos. O que se apresenta é que este já não acreditava na força do Partido (PCB) e na política de conciliação com a burguesia nacional para promover as mudanças sociais que imaginava serem necessárias para o Brasil, bem como concluiu que a formação de uma organização clandestina que disparasse um processo de luta armada através de guerrilhas resolveria as desigualdades sociais seculares no país e promoveria a libertação do Brasil do jugo dos EUA, medida prioritária na concepção do líder da ALN. Também é possível considerar as teias e relações de poder existente no interior do PCB, desde a década de 1950 e que se intensificaram no início de 1960. Paulatinamente, foi concebido uma disputa de poder entre Marighella e Luis Carlos Prestes, as quais também estão na base da criação da ALN.

Na volta ao Brasil em dezembro de 1967, Marighella começa a praticar as medidas necessárias para o início do seu projeto revolucionário. Segundo Sales:

De volta ao Brasil, Marighella partiu imediatamente ao trabalho de organização de um grupo que pudesse colocar em prática as idéias sobre a luta armada. Neste momento, houve pelo menos duas atitudes entre os militantes que já o acompanhavam na crise interna que tomava conta do PCB. De um lado, muitos se juntaram ao agrupamento comunista, criado por Marighella e pouco tempo depois transformado na ALN. Por outro lado, a adoção da guerrilha como único caminho afastou militantes que eram simpáticos ao mariguellismo, mas que não concordavam com o caminho das armas. (SALES, 2008: 210).

O documento intitulado “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”, *Genesis da ALN*, estabeleceu o norte de ações que o grupo formado pelo revolucionário pretendia adotar no país, segundo Sales:

Através do Pronunciamento do agrupamento Comunista de São Paulo, se anuncia a criação de uma organização revolucionária de novo tipo: clandestina, pequena, bem

estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante diária e não para permanecer em discussões e reuniões. Os princípios que regiam a nova organização eram três: 1) O Dever de todo revolucionário é fazer a revolução; 2) Não pedimos licença para praticar atos revolucionários; 3) Só temos compromisso com a revolução. (SALES, 2008: 211).

Marighella decidiu iniciar a guerrilha nas cidades, pois este aludia que existiria um clima político favorável ao movimento, ao afirmar que

Os movimentos de massas, sobretudo aqueles organizados pelos estudantes, intelectuais e sindicalistas, criaram nas cidades do país um clima político favorável à colhida de uma luta mais dura e os inúmeros atos repressores contra os estudantes, professores e jornalistas criaram clima de revolta. A cidade reúne condições objetivas requeridas para que se possa iniciar com sucesso a guerrilha. A guerrilha rural então deve ser posterior à guerrilha urbana (apud NOVA; NOVOA, 1999: 149-150).

Compreendemos que não há como dissociar as ações de Marighella, a partir de sua participação na OLAS, do foquismo<sup>11</sup>. Isto ficou evidenciado na dinâmica dos movimentos iniciais da ALN que, como bem apresenta Gorender, estava órfão do apoio popular. Pelo que podemos captar através das publicações dos pesquisadores apresentados na bibliografia deste trabalho, nos textos e entrevistas do guerrilheiro fica evidenciado que o líder da ALN tinha no seu projeto revolucionário algumas medidas específicas para o contexto brasileiro: A priorização na libertação nacional, utilização das colunas móveis – adotadas muito provavelmente face à derrota de Che Guevara na Bolívia<sup>12</sup> e o fracasso no Brasil do foco de Caparaó<sup>13</sup> – e a perspectiva da futura guerrilha rural são exemplos disso. Porém, a introdução destas particularidades não altera o caráter foquista do movimento da ALN, na medida em que Mariguella implementava a tática de guerrilha urbana sem um consistente apoio popular como protagonista do projeto revolucionário. Esta condição se manteve na prática do início até o epílogo da ALN.

---

<sup>11</sup> O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos de revolução no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo.

<sup>12</sup> No dia 8 de outubro de 1967 era capturado Ernesto Guevara, conhecido como "Che" Guevara, revolucionário, político, jornalista, escritor e médico argentino-cubano. Depois de ser um dos ideólogos e comandantes da Revolução Cubana (1953-1959), onde ocupou altos cargos no governo, ele decidiu estender a luta armada revolucionária para outros lugares do mundo. Acabou capturado na Bolívia no dia 8 de outubro de 1967 e assassinado no dia seguinte.

<sup>13</sup> A Guerrilha do Caparaó foi a segunda tentativa insurgência armada contra o regime militar brasileiro feita por militares cassados. Inspirado na guerrilha de Sierra Maestra, teve lugar na Serra do Caparaó, divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, no período 1966 – 1967.

Por outro lado, a Ação Libertadora Nacional foi gerada quando o mundo vivia um momento de grande contestação, com diversos grupos de jovens atuando como a ponta de lança deste processo, como destacam Nova e Novoa:

Tratava-se de um momento em que, florescia um grande espírito de rebeldia e contestação do status quo, político, econômico e cultural. Nos EUA ocorreram as lutas pelos direitos civis, pelo fim dos preconceitos raciais, pela liberdade sexual e pelo fim da guerra do Vietnã. No Brasil, o clima parecia não ser diferente (NOVA; NOVOA, 1999:139).

Desta maneira, no momento de criação da ALN existia um potencial revolucionário nos jovens que foi canalizado pela ALN, daí Nova e Novoa afirmarem: “Então o início da ALN se dá num momento em que o ‘assalto’ ao céu parecia possível. Muitos dos quadros da ALN foram recrutados no meio estudantil” (NOVA; NOVOA, 1999: 140). Assim, opção pela ação armada levou a ALN a ter uma feição militarista, Sales destaca desta forma a estrutura organizacional da instituição:

Para colocar em prática o seu projeto, a organização estruturou-se a partir de um modo mais militar do que político. A ALN era dividida entre GTE- Grupo Tático Estratégico, responsável pelo planejamento da guerrilha Rural, GTA- Grupo Tático Armado, voltado para as ações armadas, GA- Grupo de Ação, Ligado ao trabalho de massas, GI- Grupo Independente, setores de apoio. Acima destes grupos havia o Conjunto Regional e o Conjunto Nacional (SALES, 2008: 212).

Nesta linha de pensamento, Sales aponta a importância da obra *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* no processo de radicalização da luta armada no Brasil, ao informar que

O exemplo mais representativo, tanto da importância da guerrilha urbana, como do uso do terrorismo, está na publicação, assinada por Marighella, do conhecido *minimanual do guerrilheiro urbano*. De 1969, que veio inclusive a ser traduzido em várias línguas e usado por grupos radicais na Europa Ocidental nos anos de 1970 (SALES, 2008:216).

Nesta perspectiva, é possível discutir que a opção radicalmente militarista contribuiu para isolar as organizações de esquerda armada do conjunto da população brasileira, pois, de acordo com Roio

O movimento de massas que atingira seu ápice em 1968, com greves de camponeses, operários e mobilização intensa da classe média, entrava num período de refluxo. O desvio militarista impunha-se na prática, sendo quase todas as forças jogadas para frente armada, enquanto se desfazia o trabalho de massas. O que dificultava o afluxo do proletariado (ROIO, 2006: 98).

A importância do trabalho de massas como fator significativo de combate à ditadura militar pode ser discutido através do trecho de uma entrevista de Marighella forneceu um

pouco antes de sua morte. Nesta o Líder da ALN responde ao questionamento se o movimento de guerrilha excluiria as massas, afirmando que “na situação atual de fascismo absoluto, manifestar e ocupar uma fábrica sem ser apoiado por grupos armados seria suicídio” ( apud NOVA; NOVOA, 1999: 150).

Desta forma, destacamos um texto do historiador Daniel Aarão:

No Brasil, tais perspectivas nutriam-se também da desesperança de que reformas profundas pudessem ter lugar de modo pacífico. A partir do golpe civil-militar de 1964, renomados intelectuais construíram, com suas obras, uma espécie de “utopia do impasse”. O Brasil entrara num beco sem saída. A repressão cresceria sem parar. A luta armada impunha-se como “solução” inevitável. Formaram-se, então, grupos guerrilheiros em várias partes do país. No campo e na cidade tentaram fazer valer seus projetos. Não obtiveram, porém, apoio da população, sendo massacrados por um aparelho repressivo centralizado, que usou e abusou da tortura como política de Estado (REIS, 2018).

Por outro lado, Daniel Reis, aponta outro tipo de resistência esboçada pelos estudantes, bastante diferente das proposições armadas desvinculadas do apoio popular, segundo Daniel Aarão:

As distinções entre a proposta de luta armada revolucionária e a dinâmica democrática do movimento estudantil ficariam muito evidentes no dia 26 de junho de 1968. Enquanto as lideranças sociais – não apenas estudantis – concentravam-se na organização da maior passeata do período, conquistando – pela luta – o direito de se manifestar pacificamente; neste mesmo dia, de madrugada, sem qualquer articulação com – e sem nenhum respeito pelo – movimento estudantil, um grupo guerrilheiro jogava um carro cheio de explosivos sobre a entrada do Quartel General do II Exército, em São Paulo, matando o soldado Mario Kozel. Evidenciavam-se aí duas linhas de força – autônomas -, distintas experiências e projetos políticos, cujas diferenças – radicais - as ilusões da memória, no futuro, iriam apagar (REIS,2018).

Na medida em que aumentavam as dificuldades de sobrevivência da organização, fruto do aumento da repressão que, cada vez mais, fazia da tortura uma prática comum, a guerrilha urbana da ALN potencializada pelo terrorismo de esquerda, foi gradualmente se tornando o único mecanismo de ação da organização, para Sales:

Da mesma forma, e fruto das difíceis condições de luta contra a ditadura militar que em um movimento crescente passa a utilizar a tortura como política de Estado, a organização adotou a ideia do uso do terrorismo de esquerda, como forma de se fazer propaganda política e mesmo de eliminação de pessoas ligadas ao regime militar e ao imperialismo norte-americano (SALES, 2008: 216).

Desta forma, o GTA (Grupo Tático Armado) teve uma importância fundamental nas ações da ALN, pois seus integrantes tinham acentuada liberdade de iniciativa. O primeiro

GTA foi chefiado por Marco Antônio Braz de Carvalho<sup>14</sup> e a militância da ALN era formada majoritariamente por paulistas, em que se destacavam estudantes e profissionais liberais.

Com relação à primeira expropriação ou assalto realizado pela ALN, na versão de Gorender:

Em dezembro de 1967, a ALN, começou a praticar assaltos com a finalidade de expropriação de fundos. A primeira ação interceptou um carro transportador de dinheiro, no bairro de Santo Amaro em São Paulo, capital. No comando pessoal da ação, Marighella recolheu pessoalmente o dinheiro do assalto (GORENDER, 1999, 110).

No decorrer do ano de 1968, as ações armadas da ALN se multiplicaram e

Seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, a expropriação do carro pagador Massey Ferguson, a apreensão de explosivos da companhia Rochester, em Mogi das Cruzes. E a ação mais sensacional- o assalto ao trem pagador da estrada de ferro Santos/ Jundiaí (GORENDER, 1999: 110).

Através da análise de periódicos, como a revista *Veja* e no jornal *O Estado de São Paulo*, Gorender apresentou alguns números sobre a impressionante escalada de assaltos em São Paulo, após a entrada em operação do projeto da ALN:

Até 1967, os assaltos às agências bancárias raramente passavam de dois por ano em São Paulo, contudo no decorrer de 1968, os assaltos atingiram, na capital paulista, onze agências bancárias, cinco carros pagadores, e um trem pagador. Até julho de 1969, foram atacadas mais de 31 agências bancárias e um carro pagador (GORENDER, 1999: 110).

Mas as ações da ALN em 1968 não estavam restritas a assaltos. Houve também ações contra pessoas consideradas inimigas da ALN, podemos citar como exemplo a execução do capitão americano Charles Chandler<sup>15</sup> em uma ação conjunta da ALN e a VPR<sup>16</sup> (Vanguarda Popular Revolucionária).

O envio de militantes para treinamento militar em Havana era parte fundamental no projeto da ALN: “Estava nos planos de Marighella enviar algo como duas centenas de pessoas

---

<sup>14</sup> Morto pelo CCC (Comando de Caça aos Comunistas) em 25 de janeiro de 1969 em sua casa. Homem de confiança de Marighella, Marquito comandou o assassinato do capitão americano Charles Chandler.

<sup>15</sup> Charles Rodney Chandler (Hurricane, 23 de julho de 1938 – São Paulo, 12 de outubro de 1968) foi um oficial do Exército dos Estados Unidos e veterano da Guerra do Vietnã, assassinado na cidade de São Paulo, Brasil, por integrantes da guerrilha urbana de extrema-esquerda, durante o período da ditadura militar brasileira.

<sup>16</sup> Organização político-militar criada em 1968 por dissidentes da Política Operária (Polop) e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em sua maioria estudantes e militares. Seu objetivo era lutar contra o regime militar instalado no Brasil em abril de 1964, após a derrubada do governo constitucional de João Goulart. Seu principal líder foi o capitão Carlos Lamarca..

para serem treinadas militarmente em Cuba e que deveriam construir o cerne das colunas guerrilheiras” (ROIO, 2006: 100).

Apesar dos quadros da ALN serem provenientes majoritariamente do movimento estudantil, alguns representantes do movimento cultural brasileiro também apoiaram a ALN, como “a atriz Norma Bengell e o diretor de teatro Augusto Boal abrem para o movimento revolucionário brasileiro, o circuito cultural europeu de esquerda. No entanto a mais espetacular militância na ALN seria de Glauber Rocha” (MIR, 1999: 378).

Por outro lado, a estratégia de não assumir os assaltos era um fator importante para o sucesso das ações da ALN, na medida em que dificultava o trabalho de repressão da polícia. De acordo com Gorender, “no decorrer do ano de 1968, os assaltantes não se identificam. Mistério proposital” (GORENDER, 1999: 110).

O mistério sobre como se arquitetavam os assaltos foi desvendado pela polícia no final de 1968, com a prisão e tortura de um integrante da ALN. Desta maneira, a imagem emblemática de Carlos Marighella, como inimigo número um da nação, passou a ser profundamente explorada pela ditadura civil-militar:

O segredo sobre a autoria das ações deixou de existir. Jornais e revistas publicaram longas matérias a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos até então indecifráveis. Em todas as bancas, a capa da revista, “Veja” exibia o rosto do famoso revolucionário. Os órgãos da repressão policial fazem dele o inimigo público número um do Brasil (GORENDER, 1999: 111).

O momento da descoberta da existência da ALN coincidiu com o endurecimento da ditadura militar e o conseqüente aumento do sistema de torturas, Neste ponto Nova e Novoa dissertam que

Na luta interna do governo operou-se uma vitória da chamada ala dura, o congresso foi fechado e o AI-5<sup>17</sup> foi decretado, dando todos os possíveis poderes políticos, econômicos, militares e repressivos para que o governo agisse com carta branca em diversos domínios da sociedade e especialmente nos mecanismos de repressão legais e extralegais (NOVA: NOVOA, 1999: 142).

A reação de Marighella foi imediata, através do texto, “Chamamento ao povo brasileiro”, o qual assume a responsabilidade pelas guerrilhas. A consequência deste incremento do aparato repressor foi sentida profundamente pela ALN, contudo a organização continuou adotando a luta armada como forma de combate à ditadura. Segundo Novoa e Nova

---

<sup>17</sup> O quinto dos atos constitucionais posteriores ao golpe civil-militar que acabou com garantias constitucionais como habeas corpus e fechou o congresso.

“a ALN decide intensificar as ações nas cidades, contudo progressivamente, sofre quedas importantes” (NOVA; NOVOA, 1999: 142). A explicação para a continuidade do projeto revolucionário adotado pela ALN veio através do texto “O papel da ação revolucionária na Organização”, segundo Marighella:

Tanto nossa luta como a dos estudantes convergia para um mesmo ponto. Então não tiveram dúvidas em por fim à controlada situação política existente no país e passaram ao estabelecimento de uma situação militar. Acolhendo-se na técnica do golpe dentro do golpe, desencadearam um novo golpe fascista e decretaram o Ato Institucional nº 5 (apud NOVA; NOVOA, 1999: 147).

Contrastando com o discurso vitorioso do líder da ALN, o cenário nacional no ano de 1969 era de brutal perseguição aos integrantes das esquerdas revolucionárias por parte da ditadura militar. Nova e Novoa afirmam que

A rede de informações que permitiria aos órgãos de repressão chegar aos núcleos das principais organizações clandestinas, a exemplo da ALN, vai se compondo com rapidez e eficiência. Essas organizações se veem cada vez mais encurraladas no espaço que vai se estreitando (NOVA; NOVOA, 1999: 143).

No dia 4 de setembro de 1969 ocorreu o sequestro do embaixador americano no Brasil Charles Elbrick, realizado em uma ação conjunta ente as organizações ALN e o MR-8<sup>18</sup>. Como destaca Roio:

O golpe fora tremendo, deixando a junta militar<sup>19</sup> atordoada. O presidente dos EUA, Richard Nixon, interveio rapidamente e deixou clara sua posição: deveria ser feito todo possível para que seu embaixador fosse libertado, garantindo totalmente a sua incolumidade, o que significava tratar com os grupos guerrilheiros (ROIO, 2006: 109).

Segundo um importante militante da ALN, Carlos Eugênio da Paz<sup>20</sup>, “Marighella discordou do plano, pois entendia que era muito ousado para o contexto daquela época<sup>21</sup>”.

As inquietações de Marighella se confirmaram como sinaliza Nova e Novoa:

Após o desfecho do sequestro, a Junta militar promulgou uma nova constituição, incorporando todos os mecanismos dos anteriores Atos Institucionais e

---

<sup>18</sup> Nascido de uma dissidência do PCB contraria a aliança com a burguesia, seu nome é uma referência a morte de Che Guevara em 1967 na Bolívia.

<sup>19</sup> Formada após o afastamento médico do Presidente Costa e Silva e constituída pelo General Aurélio Tavares, almirante Alberto Rademaker e o brigadeiro Márcio Melo.

<sup>20</sup> Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz (codinome: Clemente; Maceió, 23 de julho de 1950) é um músico, escritor e ex-guerrilheiro que participou da luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Ele foi o último comandante militar da organização de extrema-esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN).

<sup>21</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista ao Núcleo Piratininga de Comunicação, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro em 19 de agosto de 2013.

acrescentando a Lei de Segurança Nacional, que dava maiores poderes ao Executivo e aos órgãos repressores (NOVA; NOVOA, 1999:154).

Nesta esteira, as prisões e mortes de importantes quadros da ALN, que já estavam acontecendo mesmo antes do sequestro do embaixador americano ficaram cada vez mais frequentes. Neste ponto, Nova e Novoa aludem que “após o sequestro ocorreram sucessivas quedas na organização guerrilheira. Na ALN, foram presos vários integrantes do GTA” (NOVA; NOVOA, 1999: 154).

Diante de tamanha escalada de terror, o principal líder da organização não poderia estar em segurança. Segundo Mir “a ALN teve mais de 500 presos em 1969” (MIR, 1994: 367). No entanto, a chave que a repressão usou para desvendar o paradeiro do líder da ALN veio de suas ligações com alguns freis dominicanos, Novoa e Nova afirmam que:

De alguma maneira, no final de outubro/69, os órgãos de repressão já haviam conseguido desvendar a existência da conexão entre Marighella e os dominicanos. Até hoje, as formas às quais eles obtiveram tais informações ainda não se encontram completamente esclarecidas. De acordo com o relatório do DOPS sobre o cerco que apanhou Marighella, a ligação teria sido descoberta através dos depoimentos de Paulo de Tarso Venceslau (ALN) e Isaías do Vale Almada (VPR) (NOVA; NOVOA, 1999:156).

Não se pode precisar a origem da descoberta, visto que o apresentado é apenas uma das muitas possibilidades, contudo o fato é que os freis foram presos e sob uma tortura brutal<sup>22</sup>, confessaram as ligações com Marighella. Neste ponto, “independentemente da via à qual se chegou às informações, tendo os dados acerca das ligações orgânicas de Marighella com os dominicanos de São Paulo, o DEOPS-SP conseguira prender freis Ivo e Fernando” (NOVA; NOVOA, 1999: 159).

Para os historiadores Cristiane Nova e Jorge Novoa, existe uma grande lacuna na ação do DEOPS-SP que ocasionou a queda de Marighella. Como o órgão repressor obteve a informação do dia e hora em que o líder revolucionário telefonaria para os dominicanos? O fato é que o DEOPS-SP obteve esta importante informação, “Marighella entraria em contato com os dominicanos naquela semana na manhã de 4 de novembro de 1969” (MIR, 1994: 458). Segundo Nova e Novoa “os freis Fernando e Ivo negam já ter um encontro previsto com Marighella para o dia 4/11/69. Eles dizem não saber como o DEOPS-SP conseguiu informações acerca de seu último encontro como líder da ALN” (NOVA; NOVOA, 1999:

---

<sup>22</sup> O livro batismo de Sangue relata com detalhes o sofrimento dos freis

161). Através desta informação um esquema de tocaia para Marighella foi montado: “Fleury montou uma escuta telefônica na Livraria e determina que uma equipe do DEOPS-SP ocupe o local e permaneça postada ao lado de Fernando e Brito. Só faltava uma coisa: Marighella ligar para a livraria marcando o encontro” (MIR, 1999: 457-458).

Independente das informações que levaram o DEOPS-SP ao líder da ALN, o certo é que ele foi morto na noite do dia 4/11/1969 na Alameda Casa Blanca localizada em São Paulo capital. Inúmeras versões foram apresentadas pelos pesquisadores durante vários anos. A narrativa apresentada por Gorender para esta ocorrência manteve tópicos importantes da versão oficial, que sustentava a existência de uma troca de tiros entre Marighella e polícias do DEOPS- SP. Porém, esta versão foi contestada pelo advogado de defesa dos dominicanos. Desde o julgamento dos religiosos ocorrido em setembro de 1971, o advogado Mário Passos Simas sustenta a ideia de crime cometido pelo DEOPS-SP.

O livro “Direito e Memória da verdade”, construído pela Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, está evidenciado o fato de que a morte de Carlos Marighella foi de responsabilidade do Estado Brasileiro. Esta decisão foi deferida em 11 de setembro de 1996, com o placar de 5x2 e publicado no Diário Oficial da União em 18/09/1996, como podemos observar a seguir:

Ao final de consistentes ponderações, derivadas da análise das contradições detectadas e do parecer de Nelson Massini, o relator do processo na CEMDP, justificou seu voto favorável concluindo: “A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policiais”. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa. Carlos Marighella, afirma o parecer médico legal (...) foi morto com um tiro a curta distância depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob seu domínio, e, portanto, sem condições de reagir. Confirma-se, assim (...), que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo<sup>23</sup>.

A morte de Marighella ocasionou um abalo considerável na estrutura da ALN, pois “recursos, depósitos de armas e terras. Marighella sepultou consigo esta estrutura da guerrilha rural. Quem estava instalado no campo, ficou desligado e perdido na imensidão continental brasileira para sempre. O que se perdeu nunca mais se recuperou” (MIR, 1994: 498). A partir

---

<sup>23</sup> BRASIL, **Direito a verdade e a memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 109. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>>.

da morte de Marighella, Câmara Ferreira<sup>24</sup> assumiu a posição de comandante da ALN. Neste período “Fidel diz a Câmara Ferreira que a ALN continuaria desfrutando da condição de organização preferencial, para Cuba em relação ao Brasil, e ele seria o principal vínculo dos cubanos com o movimento revolucionário brasileiro” (MIR, 1994: 505).

Para alguns pesquisadores, Marighella representou um grande herói do povo brasileiro: “Com sua morte Marighella perdia a vida, mas entrava para a história, como um grande herói brasileiro. Como diria Antônio Candido, mesmo que seu reconhecimento público venha se manifestando aos poucos” (NOVA; NOVOA, 1999: 178). Esta versão contrasta fortemente com a imagem divulgada pelos principais órgãos de imprensa na época de sua morte, como o jornal “O Globo” e a revista “Veja”, que o identificavam como o inimigo número 1 do Brasil:

Poucos meses depois, sobre a morte de Marighella, o Globo prioriza as ligações de padres dominicanos com a guerrilha mais do que a morte do ex-deputado, citando como única fonte o DOPS, o que demonstra, claramente, que o jornal adotou como absoluta a versão dos órgãos de segurança. Marighella recebe as qualificações de “chefe terrorista” e “líder do bando” (LIBARDI, 2007: 136).

Por outro lado, Rolemberg, pondera que estas visões maniqueístas trazem dificuldades para a dinâmica das pesquisas históricas:

O fato de Marighella ter se tornado lenda, mito, tanto nas esquerdas como nas direitas, torna-se seu perfil bibliográfico tarefa difícil para o historiador. Ilusão de vidas perfeitas, irretocáveis, heróis, personificação da esperança interrompida, mártires da ditadura, Ilusão de vidas incorrigíveis, bandidos, encarnação do perigo, do mal e do inimigo público nº 1. Nesta disputa da memória, outra ilusão biográfica: a que constrói memórias encobrendo a história (ROLEMBERG, 2007: 90).

A respeito desta questão, concordamos com a opinião de Rolemberg quando esta apresenta a análise sobre Marighella estar situado entre estes dois polos, procurando se descolar desta dicotomia existente entre as esquerdas e as direitas do Brasil, ou seja, sendo percebido popularmente como o *mocinho* ou o *bandido*. Destacando inclusive que o Projeto Revolucionário articulado por Carlos Marighella, de combate à ditadura militar e construção do socialismo alicerçado na luta armada, não teve o apoio consistente da maioria da população. Desta maneira, durante os anos de existência da ALN, Carlos Marighella não foi reconhecido pela população brasileira como um herói. Também não podemos taxá-lo de

---

<sup>24</sup> Joaquim Câmara Ferreira, também conhecido como Comandante Toledo, foi um militante e dirigente comunista brasileiro, integrante do Partido Comunista Brasileiro e comandante da organização de extrema-esquerda ALN.

inimigo nº1 do povo brasileiro, visto que esta imagem depreciativa não corresponde à biografia de um homem que dedicou parte considerável de sua vida no combate a ditaduras e na luta por um país socialmente mais igualitário. De acordo com Rolemberg:

Carlos Marighella está longe de representar mais autenticamente o povo brasileiro, no momento da ditadura. Sua luta por outro sistema, contra o capitalismo, pelo socialismo e contra a ditadura não encontrou eco então. As imagens de terrorista, subversivo e inimigo foram assimiladas por significativa parcela da sociedade não exclusivamente porque o governo militar controlava os meios de comunicação, porque havia censura, prisão política e tortura. Tudo isso existia e era relevante. Mas nenhuma ditadura se sustenta unicamente pela repressão. A sociedade que ele queria transformar não o tinha como herói, justiceiro e libertador dos oprimidos. Marighella não foi herói do povo brasileiro. Não é e não foi, encarnação do mal. As memórias construídas- à esquerda e a direita não servem a história. Homem só, na sua vida, na sua morte e assim permanece na memória que o isola da história (ROLEMBERG, 2007: 92).

Em suma, a ALN foi uma organização de extrema esquerda que tinha como objetivos: combater a ditadura militar brasileira, livrar o país do jugo dos EUA, promover a libertação Nacional e posteriormente atingir o Socialismo. No entanto ela não encontrou apoio na sociedade em relação ao seu projeto revolucionário, salvo poucos setores da classe estudantil e alguns profissionais liberais, como destaca Reis:

Elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muitos jovens, do sexo masculino, residindo em algumas e poucas cidades, formam a ampla maioria dos militantes. Na medida em que se constituem em esfera autônoma e em posição de superioridade em relação aos dirigidos, ou às massas os comunistas incorrem num tipo de alienação (REIS, 1990: 184).

Além do isolamento popular, a falta de um apoio internacional consistente também contribuiu para a estagnação do movimento armado da ALN. Neste isolamento em que ficaram submetidos, as ações da luta armada, que inicialmente geraram um grande entusiasmo em pequenas parcelas da juventude, aos poucos se transformaram em instrumento de simples sobrevivência devido à investida dos órgãos de repressão que fizeram da tortura uma política de Estado.

Daí vem o respaldo para as conclusões de Rolemberg, que apontam para a quebra da imagem de Marighella como herói do povo brasileiro. Destarte, temos que considerar que a iniciativa de Carlos Marighella, através da ALN, representou uma reação à ditadura militar que vigorava naquela época, sendo assim seria um equívoco taxá-lo de inimigo nº 1 do Brasil. Nessa constante disputa de memórias, que ocorre na história dos movimentos de resistência

política, considero importante frisar este aspecto da ALN, bem como destacar que a maioria dos militantes os quais cerraram as fileiras da organização, mesmo que de forma maniqueísta, lutavam pela melhoria das condições de vida dos mais humildes.

## **2. ALN EM PERNAMBUCO**

A escolha da célula da ALN de Pernambuco como instituição a ser estudada tem o objetivo de analisarmos a atuação da organização fora da matriz de comando. O “modus operandi” dos militantes de Pernambuco obedeciam ao comando nacional e aos padrões utilizados em São Paulo? Ou trilhavam caminhos solo? As relações estabelecidas com outras organizações de esquerda como o PCR (Partido Comunista Revolucionário) atendiam a uma hierarquia do comando geral ou eram feitas através de uma dinâmica particular dos estudantes militantes pernambucanos? Desta forma, este trabalho tem como norte estudar a ALN no estado de Pernambuco. Através desta delimitação temática específica, pretendemos observar situações que não foram contemplados nos estudos que já foram realizados anteriormente sobre a ALN. Em se tratando de Pernambuco, temos que considerar que o estado sempre esteve na vanguarda dos movimentos políticos e sociais do Brasil, como pondera a professora e antiga militante da ALN em Pernambuco Teresa Vilaça:

Tinha gente do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, tudo estudante que ia para a universidade no Recife. A cidade era um polo, de militância contra a ditadura militar. Gente do Ceará, da Paraíba, de vários lugares iam atuar no Recife. A capital pernambucana era o centro econômico, social, cultural do Nordeste. Muitas dessas pessoas romperam com o PCB e foram participar do movimento armado<sup>25</sup>.

As teses de Marighella influenciaram um contingente de militantes de esquerda que combatiam a ditadura militar em Pernambuco, como relata o atual dirigente do Partido dos trabalhadores (PT) no Espírito Santo e antigo militante da ALN em Pernambuco Perly Cipriano, ao anunciar que “Marighella atraiu muitos militantes de esquerda, pois além de

---

<sup>25</sup> Teresa Vilaça, entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, na cidade de Salvador, Bahia, em onze de dezembro de 2017.

formular teses revolucionárias realizava as ações pessoalmente com isso influenciou vários grupos políticos que estavam insatisfeitos com a estrutura pesada e burocrática do PCB<sup>26</sup>.

A ALN em Pernambuco teve início no ano de 1968, sendo os primeiros contatos em Recife efetivados por um dirigente nacional, o carioca Ronaldo Dutra Machado, como afirma a historiadora e antiga militante, Dulce Chaves Pandolfi:

Um dirigente nacional da ALN- Ronaldo Dutra Machado- viajou para Recife no ano de 1968, e manteve contato com as lideranças estudantis que eram ligadas ao PCBR<sup>27</sup>, que naquele momento já era bastante estruturado em Recife. Em seguida com o apoio destas lideranças cooptou integrantes do PCBR para a formação da ALN em Pernambuco. A força e o prestígio de Marighella foram fundamentais para que esse objetivo fosse atingido<sup>28</sup>.

Desta forma, a liderança de Marighella e a estrutura flexível da ALN, que não exigia dos integrantes, autorizações formais, para execução de ações revolucionárias, influenciou substancialmente na adesão dos militantes esquerdistas à ALN, como destaca Pandolfi:

Marighella era um mito, influenciava todos nós, uma das coisas que ele falava era que a estrutura do PCBR era muito paquidêmica e dificultava as ações revolucionárias, seria mais efetivo para combater a ditadura militar uma organização como a ALN que tinha uma dinâmica mais flexível<sup>29</sup>.

Através do estudo sobre os integrantes da ALN durante a resistência à ditadura militar entre os anos de 1967 a 1973, podemos investigar quais eram suas aspirações para o Brasil. Como argumenta Pandolfi:

Lutávamos por um idealismo, a melhora das condições de vida da população; na época só havia dois projetos, nós optamos pelo socialismo. Achávamos que no Brasil haveria uma guerra como no Vietnã e no final todos entenderiam nossa opção<sup>30</sup>.

Ao nos debruçarmos sobre a história de resistência destes militantes, poderemos ter uma visão sobre a importância dos valores democráticos nos seus projetos políticos e sociais bem como qual o extrato social que eles pertenciam. Poderemos entender qual a importância

---

<sup>26</sup> Perly Cipriano, entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, na cidade de Vitória, Espírito Santo, em trinta e um de maio de 2018.

<sup>27</sup> Partido Comunista Brasileiro revolucionário, fundado em 1968 por Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, egressos do PCB.

<sup>28</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em quatro de junho do ano de 2018.

<sup>29</sup> Idem

<sup>30</sup> Dulce Chaves Pandolfi, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 2014.

das revoluções cubana, chinesa e russa em suas decisões de dedicarem as suas vidas a uma causa política. Como estas questões influenciaram na construção do sonho de um grupo de pessoas de mudar o Brasil através da luta armada. Por outro lado, ao esmiuçarmos as trajetórias de enfrentamento destes jovens com o regime militar, pretendemos discutir porque a população pernambucana não se sensibilizou com as atrocidades cometidas durante a ditadura militar. Nesta perspectiva, este trabalho não tem a pretensão de levantar bandeiras e nem de trilhar por um caminho maniqueísta. Procuraremos através das fontes analisarmos o perfil e trajetórias dos militantes que participaram da luta armada, através da ALN, sem a preocupação de marginaliza-los ou mitifica-los.

A realização de uma "operação historiográfica"<sup>31</sup>, cujo enfoque seja a atuação dos militantes que aderiram a ALN entre os anos de 1967 a 1973, facilita a construção de análises que permitirá observar não apenas as táticas<sup>32</sup> dos estudantes em prol de suas convicções, mas também entender a dinâmica política e social, proporcionando um olhar acerca dos debates que ocorriam no Brasil. Este trabalho permitirá à realização de um deslocamento analítico no que se refere aos estudos sobre a atuação destas organizações armadas e de sua relação com o resto da sociedade. Desta forma, poderemos contribuir para a descrição das relações de poder existentes na época da atuação da ALN em Pernambuco. Por outro lado, o enfoque que pretendemos dar na atuação destes militantes que participaram da ALN em Pernambuco tem o objetivo de esmiuçar em uma história que ainda não foi investigada. Os trabalhos de pesquisa que costumeiramente abordam a ALN sempre estiveram ancorados na atuação da organização no território paulista. É impossível falar da ALN sem nos remetemos as suas ações em São Paulo. Contudo, houve alguns núcleos em outros estados do Brasil, como Pernambuco, que também se organizaram e contribuíram para a construção da história da ALN. Desta forma, através desta delimitação temática específica, pretendemos observar situações que não foram contemplados nos estudos gerais que já foram realizados anteriormente sobre a ALN.

O meu trabalho de mestrado será dividido da seguinte forma: Introdução; Capítulo I (uma pesquisa historiográfica sobre a ALN a nível nacional e as esquerdas revolucionárias

---

<sup>31</sup> CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p 56 – 108.

<sup>32</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007

anteriores e contemporâneas à organização); Capítulo II (A trajetória da ALN em Pernambuco); Capítulo III (Memórias dos militantes da ALN em Pernambuco) e Conclusões Finais. Já escrevemos alguns textos anteriormente, contudo, a partir das teorias ministradas nas cadeiras de mestrado na UFPE, linha de pesquisa, memória e cultura, pretendemos fazer um diálogo com os conceitos históricos dos autores que fizeram parte da bibliografia destas disciplinas. Pretendemos aqui incorporar em nossa pesquisa e escrita histórica alguns métodos propostos pelos autores: Giovanni Levi, Jacques Revel, Carlo Ginzburg, Reinhart Koselleck e Michael Foucault.

Com objetivo de seguir nosso caminho para entender a participação dos estudantes que militaram na ALN, estamos utilizando leituras historiográficas, jornalísticas e sociológicas que nos permitem situar temporalmente as transformações que ocorreram com aqueles militantes no final da década de 60 e início da década de 70 do século XX. Dessa forma, torna-se possível dialogar e formular as questões e problematizações deste projeto de pesquisa.

Encontramos estudos de vários pesquisadores, que investigam a trajetória das diversas organizações de esquerda revolucionária no Brasil. A historiografia apresenta um panorama geral do processo de formação e trajetória das esquerdas revolucionárias no Brasil que antecederam à ALN. Esta abordagem é importante para que se entenda a história das esquerdas revolucionárias<sup>33</sup> e como estes fatos concorreram para a formação da ALN. Organizações como: POR (Partido Operário Revolucionário), AP (Ação Popular), ORM-POPOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária), As Ligas Camponesas, o PC do B (Partido Comunista do Brasil) e o MNR (Movimento Nacional Revolucionário), foram estudadas por vários pesquisadores como Daniel Reis, Luis Mir, Del Roio, Murilo Mendes, Marcelo Rident, Denis Moraes, Antônio Montenegro, Carlos Studart Corrêa e Pablo Porfírio.

Neste universo, encontramos diversos autores que escreveram sobre a ALN. Podemos destacar os historiadores Jean Rodrigues Sales, Jacob Gorender, Chistiane Nova, Jorge Novoa, Denise Rolemberg, Ana Paula de Souza Libardi e Maria Clara Badan Ribeiro além

---

<sup>33</sup> Organizações que defenderam a luta armada como meio para destituição do governo e implantação do socialismo.

dos jornalistas Luis Mir, José Luiz Roio, Mário Magalhães e o militante Carlos Eugênio da Paz. Acerca do movimento dos estudantes em direção à luta armada temos os autores Artur José Poener e Bicudo Castro.

As bibliografias de Luiz Carlos Prestes escritas por Daniel Aarão Reis e de João Goulart escrita por Jorge Ferreira também estão contribuindo decididamente neste trabalho. No final deste documento apresentamos uma lista das obras que estão sendo utilizadas neste levantamento de pesquisa. Para aprofundar as análises sobre os estudantes que participaram das ações da ALN no estado de Pernambuco, além da pesquisa bibliográfica é importante realizar um levantamento documental que possibilite a realização de articulações e problematizações entre a bibliografia e a documentação averiguada. Os periódicos também são importantes fontes para a elucidação da história da instituição em Pernambuco, pois se tornaram mais uma possibilidade para os historiadores inquirirem as experiências desta classe. Para o nosso projeto, estamos analisando periódicos que estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, Arquivo Público de São Paulo, Arquivo Público do Rio de Janeiro e no setor de microfilmagem da fundação Joaquim Nabuco. Estamos fazendo uma pesquisa seletiva nos periódicos: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Jornal do Brasil, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e o Tribuna da Imprensa, entre outros, entre os anos de 1967 e 1973.

Por outro lado, outras fontes documentais de suma importância são os prontuários formulados pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar como DOPS e SNI, que atualmente encontram-se no Arquivo público de São Paulo, Arquivo público do Rio de Janeiro, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco, no Arquivo Nacional e no site da editora CEPE. No momento, encontramos prontuários e fichas remissivas, que nos ajudou a traçar a formação, atuação e epílogo de uma célula da ALN que atuou intensamente em Recife, entre os anos de 1968 e 1970.

Como já dissemos, estamos em processo de pesquisa. Mas já identificamos que inicialmente houve um processo de articulação e formação da ALN em Pernambuco no ano 1968. Este processo com base estudantil teve como articulação a então estudante de sociologia Dulce Pandolfi e o carioca Ronaldo Dutra Machado. Este processo gerou a organização de uma célula que promoveram ações armadas durante o ano de 1969 e 1970.

Esta célula era formada por cerca de dez militantes, a maioria recrutada no PCBR. Podemos citar como advindos do PCBR, Luciano Almeida, Perly Cipriano, Teresa Vilaça, Maurício Anízio, Rholine Cavalcanti. As principais ações, que foram confirmadas pelos entrevistados, foram o assalto ao hospital Jayme da Fonte no Recife em 13 de dezembro de 1969 e o assalto ao Banco Financial em Jaboatão em 23 de fevereiro de 1970<sup>34</sup>. Contudo este núcleo da ALN foi desarticulado pelos órgãos de repressão entre os dias 28 de março de 1970 e 1º de abril de 1970. Neste período foram presos<sup>35</sup>: Ronaldo Dutra e Perly Cipriano em 28 de março de 1970 na cidade de Olinda, mais precisamente no bar no bairro do Varadouro. Samuel Firmino em 30 de março de 1970 no aparelho da ALN em Nova Descoberta; Rolleng Sond e Maurício Anízio no aparelho da ALN em Casa Amarela; Luciano Almeida no dia 31 de março de 1970 em um cinema no bairro da Encruzilhada; Roberto Peixe no dia 31 de março de 1970 no aparelho da ALN no bairro de Nova Descoberta em Recife e Teresa Vilaça no dia 1º de abril de 1970 na residência dos pais no bairro do Hipódromo no Recife. Mesmo com a desintegração deste núcleo a ALN em Pernambuco não deixou de atuar pois, documentações apontam para a existência da organização até finais de 1973. Contudo é uma fase que ainda preciso aprofundar as pesquisas. Posso dizer que o agricultor José Calistrato, residente atualmente na cidade de João Pessoa teve uma participação importante até a sua prisão em 1972. Nesta prisão, ocorrida no dia 24 de abril de 1972, houve o assassinato pelo DOPS-PE do também militante pernambucano da ALN João Mendes de Araújo.

Estamos realizando entrevistas com integrantes da ALN que militaram em Pernambuco, entre os anos de 1967 e 1973. Durante nosso trabalho já efetivamos oito entrevistas com militantes que atuaram em Pernambuco: a historiadora Dulce Chaves Pandolfi<sup>36</sup>, o arquiteto Roberto Peixe<sup>37</sup>, a professora Teresa Vilaça<sup>38</sup>, o dirigente do Partido dos Trabalhadores Perly

---

<sup>34</sup> Fonte arquivo SNI- localizado no arquivo Nacional Rio de Janeiro.

<sup>35</sup> Idem

<sup>36</sup> Dulce Chaves Pandolfi, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 2014 e em 4 de junho de 2018.

<sup>37</sup> Roberto Peixe, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, na cidade de Olinda, Pernambuco em 16/06/2016.

<sup>38</sup> Teresa Vilaça, entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, na cidade de Salvador, Bahia, em onze de dezembro de 2017.

Cipriano<sup>39</sup>, o jornalista Luciano Almeida<sup>40</sup>, do comerciante José Calistrato<sup>41</sup> e do aposentado José Emilson Ribeiro<sup>42</sup>.

Por outro lado, já temos duas outras entrevistas agendadas, uma com o historiador Daniel Aarão outra com o antigo comandante da ALN nacional, Carlos Eugênio da Paz. Outras fontes de pesquisa que podem agregar valores substanciais são os documentários, películas que relataram a ação da ALN e as entrevistas com integrantes do movimento de resistência a ditadura militar, que estão disponíveis na mídia eletrônica. Nesta linha, estamos analisando as películas *Hercules 56*(Sílvio Da Rin), *Cidadão Boilesen* (Chaim Litewski), *Setenta* (Emília Silveira), *Marighella* (Grispum Ferraz), *O que é isso Companheiro?* (Bruno Barreto) e a entrevista realizada em 2013 pelo ex militante e líder da ALN, Carlos Eugênio da Paz, ao núcleo Piratininga de comunicação.

### **3. IMPORTÂNCIA DOS CONCEITOS TEÓRICOS DE FOUCAULT E KOSELLEK NO PROJETO DE PESQUISA SOBRE A ALN EM PERNAMBUCO**

Pretendemos aqui elencar alguns métodos propostos pelo filósofo Michel Foucault e pelo historiador R Koselleck. O objetivo é relacionar estes métodos com meu projeto de pesquisa sobre a ALN em Pernambuco.

#### **3.1 FOUCAULT**

Começamos então pelos textos de Foucault. Inicialmente os registros de algumas aulas proferidas pelo professor no College de France no decênio de 1970. Estas aulas geraram as obras: *A ordem do discurso*; *Em defesa da sociedade e Segurança, território e população* texto. Estes textos e mais a obra “*Isto não é um cachimbo*” foram trabalhados na

---

<sup>39</sup> Perly Cipriano, entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, na cidade de Vitória, Espírito Santo, em trinta e um de maio de 2018 e em quinze de setembro de 2019 .

<sup>40</sup> Luciano Almeida, entrevista concedida ao entrevistador, Paulo Marcelo Mello, na cidade de Parnamirim, Rio Grande do Norte, em cinco de maio de 2018.

<sup>41</sup> José Calistrato, entrevista concedida ao entrevistador, Paulo Marcelo Mello, na cidade de Conde, Paraíba, em cinco de maio de 2018.

<sup>42</sup> José Emilson Ribeiro, entrevista concedida ao entrevistador, Paulo Marcelo Mello, na cidade de João Pessoa, em vinte e dois de maio de 2018

disciplina.. A seguir apresentaremos alguns pontos destas obras do filósofo Frances que podem ajudar no meu trabalho de pesquisa.

Primeiro ponto a ser abordado é o controle dos discursos presentes na sociedade ocidental. Estes controles se apresentam de várias formas até mesmo nos regimes democráticos. No entanto, gostaria de falar sobre o período da ditadura militar em Pernambuco, mais precisamente entre os anos de 1967 a 1973.

Os procedimentos de interdição de discurso estiveram presentes contundentemente nos jornais pernambucanos no período da ditadura militar. Nas pesquisas que estamos efetuando nos periódicos locais, podemos ver que as matérias de teor social e que pudessem trazer reflexões sobre as injustiças sociais eram evitadas e/ou censuradas.

Quando estamos analisando as fichas remissivas dos arquivos dos órgãos de segurança, entrevistas orais realizadas e a historiografia sobre a ALN, percebemos a segregação que os indivíduos que combatiam o sistema eram submetidos. Pelo simples fato de criticar as injustiças sociais e a falta de democracia eram taxados de subversivos e inimigos do país. Desta forma, a verdade era produzida e reverbalizada pelos órgãos de comunicação criando uma forma de agir padronizada e direcionada para um deve ser. Portanto, este é cuidado importante quando estamos analisando as fontes jornalísticas. Entender que elas foram bastante influenciadas por este sistema de construção de verdade.

Por outro lado, a valoração dos saberes sujeitados proposto pelo filósofo, podem enriquecer o resultado final das pesquisas, pois dará luz a fatos e versões não levantados pela história totalizante.

Enquadrar nossa pesquisa fora da teoria da soberania e direcioná-la para uma análise de dominação da sociedade também poderá ajudar a aprofundar as questões. Pois a averiguação das extremidades do poder, onde ele se torna capilar, pode ajudar a revelar práticas e procedimentos dos diversos mecanismos de repressão. Além disso, através de uma análise ascendente do poder, podemos perceber como os mecanismos de repressão em Pernambuco na época da atuação da ALN foram investidos e onde estavam conectados ao sistema dominante. Do mesmo modo, podemos analisar como eram constituídos os sujeitos de

dominação, de que forma eles interagiam diante da circulação em cadeia do poder. Desta forma, poderemos averiguar como a noção de verdade era difundida na sociedade pernambucana nas décadas de 1960 e 1970 e como a circulação do saber contribuía para legitimar a verdade.

A igreja, exército, hospitais, penitenciárias, as empresas, os partidos políticos e os governos todos exercem um controle sob os indivíduos e promovem um estabelecimento de “deve ser”. A sociedade como um todo ainda está sob esta influência. Entendo que este sentido de obediência, causa um cerceamento de liberdade e diminui o poder de criação dos indivíduos. Fazendo um corte temporal analítico com a época da minha pesquisa de mestrado, 1967/1973. Durante a atuação da Aliança Libertadora Nacional (ALN), em plena ditadura militar, podemos perceber fortemente este sentido de obediência, que se apresenta de forma atroz, nos órgãos de repressão do governo militar. No entanto, percebemos também este controle de obediência e geração de verdades absolutas nas organizações políticas que combatiam a ditadura militar. Seja no principal partido de esquerda o PCB, que definia padrões e regras de atuações rígidas e cobrava fidelidade aos integrantes, chegando à expulsão para os que não concordassem com suas orientações, vide o expurgo do dirigente Carlos Marighella quando participou, por conta própria, em 1967 da OLAS (Organização latino americana de Solidariedade) em Havana. Seja nas organizações de esquerda armada dissidentes do PCB, como PCBR, MR-8, PCR, PC do B, VPR, etc. Apesar de terem sido criadas através de uma cisão com o PCB, mantinham um grande controle sob seus integrantes cobrando uma obediência tenaz aos seus métodos e regras. Mesmo a ALN que tinha como meta que “o guerrilheiro não precisava pedir autorização para fazer a revolução”. Mantinha padrões e emitia sinais que cobravam dos integrantes uma obediência sobre questões comportamentais, em relação à forma de se vestir, drogas e comportamentos sexuais.

Por último, no livro “Isto não é um cachimbo” Foucault demonstra que os textos históricos apenas representam a verdade vivida, mas não é a cópia fidedigna da realidade. A história no caso é o cachimbo e a pintura seria os textos históricos, sendo estes imanados de pontos de vista diferentes, embora possam eventualmente falar sobre o mesmo fato histórico. Ao nos debruçamos sobre as entrevistas orais, livros e revistas sobre a ALN em Pernambuco,

teremos que ter isto em mente. Um historiador não pode reviver e reconstruir o passado, como o cachimbo na pintura também não pode ser utilizado para fumar. Desta forma é importante o somatório de pontos de vista para que se entenda melhor uma época e os fios que ligam as complexas relações de poder presente nas sociedades.

### **3.2 KOSELLECK**

As obras de Koselleck que tivemos acesso durante a cadeira de mestrado, *Futuro Passado* e *Estrados do tempo*, versam substancialmente sobre as relações existentes ente expectativa e experiência na arte de fazer história e os estratos de tempo que todos estamos submentidos com as devidas influências transcendentais que os períodos trazem para todos nós. Por outro lado, trazendo a problemática para o campo individual, podemos perceber que a experiência pode representar um ensinamento, porém se nela tiver embutida um trauma ou um ressentimento pode causar um discurso totalmente fora de contexto, visto que se transformará em um discurso de ressentido. Em nossas entrevistas com os militantes da ALN teremos que estar atentos nesta possibilidade.

Começamos pela obra *Futuro Passado*, Koselleck explora em sua obra a importância dos conceitos históricos. Eles são acionados de forma específica em cada tempo. Foi assim que a partir da revolução francesa, o conceito novo de Revolução abasteceu os programas das diversas ações revolucionárias que se sucederam com mais intensidade até o século XX. Este novo conceito de revolução teve importância decisiva na formação da ALN. Este destaque é importante para que nós entendamos as raízes e formações dos processos de luta armada.

O conceito de Revolução utilizado com frequência nos grupos de organização armada, mais precisamente na organização que pesquiso Ação Libertadora Nacional (ALN), remetia a uma expectativa de socialismo futuro. Os militantes que entrevistei tinham a certeza que o futuro da humanidade era o socialismo real. Por outro lado, considero bem interessante a indagação que o autor faz a respeito da existência do caráter permanente e universal das diversas guerras civis ocorridas no mundo pós a segunda guerra mundial. Este olhar de Koselleck é importante para evitarmos classificar estas ações revolucionárias romanticamente.

Isto faz com que tenhamos um olhar mais abrangente sobre a luta armada, mais precisamente na ALN.

Os motivos que supostamente podem ter levado seus integrantes a aderirem à luta armada podem ser bastante pulverizados. Enquadra-los a valores apenas românticos seria empobrecer as questões históricas. Por outro lado, Koselleck no capítulo destinado aos prognósticos de Stein, evidencia que não devemos iniciar uma pesquisa histórica com final engessado e estabelecido. Devemos estar abertos a novos desafios e possibilidades. Da mesma forma, devemos estar atentos aos detalhes e a profundidades das relações. Por exemplo, vemos hoje no Brasil um apelo ao controle da corrupção. Claro que este é um problema grave, todavia isto é colocado pela mídia e pelo sistema como base dos nossos problemas, no entanto, se fizermos uma análise mais profunda vemos que a desigualdade social é uma mácula muito maior. Causadora de violência, falta de educação e exploração do trabalho.

Sobre a utilização dos conceitos durante a história o autor ensina que não devemos cair na armadilha de não ver a dimensão dos conceitos que mudam com o tempo. Desta forma, nas entrevistas orais que faço sobre os militantes da ALN é importante observar que os discursos dos militantes possuem uma finalidade, um conteúdo social. Existe uma verdadeira disputa no campo da linguística. Desta forma, temos que recuperar a genealogia das palavras, ou seja, não naturalizar os conceitos. Percebendo o real sentido que elas têm no espaço e no tempo. Por exemplo, um militante de esquerda armada nas entrevistas normalmente se identifica como guerrilheiro. Contudo, se consultarmos os arquivos do SNI ou do DOPS, estes mesmos cidadãos eram taxados pejorativamente de subversivos e terroristas. Vejamos que este conceito de guerrilheiro engessa e aprisiona o sujeito. É como se todos tivessem o mesmo significado. Desta forma é uma atenção especial que temos que observar, porque dentro da ALN existiam indivíduos com formações e identidades totalmente opostas que estavam momentaneamente debaixo da mesma bandeira.

A importância das estruturas e dos eventos também é um tema bastante explorado pelo autor. Não devemos estabelecer entre eles uma hierarquia de importância. Para o autor, os dois têm posição relevante na arte de fazer história. Sobre os eventos ele alerta que a verdade intrínseca ao fato histórico jamais será resgatada pelo historiador, através das fontes. Vemos aí uma similaridade com as proposições de Foucault. As fontes apenas limitam o que

não pode ser dito. Para narrar os eventos da ALN nas décadas de 1960 e 1970, teremos que fazer o cruzamento das fontes documentais, revistas, jornais histórias orais, etc. Sabendo que nunca resgataremos a realidade dos fatos. Contudo, estas mesmas fontes, servirão de indicadores para que possamos identificar o que não pode ser dito. Se optarmos por utilizar materiais de ficção sobre a ALN, deveremos fazer sobre a égide de conceitos históricos definidos. Sobre as estruturas elas devem ser descritas com detalhes. Para que possamos compreender melhor a dinâmica da ALN em Pernambuco, torna-se importante à descrição de toda estrutura funcional de comando tanto do ponto de vista nacional como regional. Além disso, deveremos descrever os suportes de apoio imprescindíveis na articulação da organização armada. Bem como as condições físicas dos aparelhos existentes. Suas localizações e vizinhanças. Como a população reagia e interagia com os militantes. Como era estabelecido o dia a dia destes indivíduos e suas relações com parentes também devem ser descritos.

No capítulo destinado a investigação das estruturas temporais, podemos perceber a importância de relatar o momento político e social que estamos vivendo durante a escrita da monografia de mestrado. Pois isto claramente nos afeta na abordagem dos fatos históricos. É importante para o leitor, que no futuro tenha a intenção de ler nosso trabalho, saber em que condições sociais, políticas e econômicas o escritor se encontrava no momento da escrita, visto que estas condições claramente afetam no conteúdo e no ponto de vista do autor sobre os fatos históricos. Em contraponto, Koselleck revela em sua obra, a importância de estarmos atentos na interdependência dos eventos históricos. As ações da ALN nas décadas de 1960 e 1970 tem forte relação com o levante de 1935 e com as mudanças ocorridas no PCB ao longo dos decênios de 1940 e 1950. E também foi fortemente influenciado pelo processo revolucionário em Cuba em fins da década de 1950.

O autor também destaca em sua obra a questão do “acaso” na história. Entendo que este ponto vale como um alerta para que não escrevemos uma história por demais determinista. De natureza excessivamente causal, ou seja, em determinadas situações estabelecidas teríamos uma determinada consequência. No mundo real existe uma infundável de variáveis que podem mudar um fato histórico, entre eles o acaso. Vimos isto com as proposições marxistas que vislumbravam para o futuro da humanidade o socialismo real como

algo insofismável. As condições sociais e políticas iriam trazer e legitimar o socialismo real, contudo após a queda do muro de Berlim vimos que esta expectativa não foi legitimada. Por outro lado, ao analisarmos as trajetórias dos integrantes da ALN, no ponto de vista de inserção no movimento armado temos que nos abstrair da ideia causal, que nortearia todos os estudantes. A causa de adesão pode ter sido motivada pelo acaso de um fato não previsto, e não de uma regra geral preestabelecida.

O autor também discorre em sua obra, sobre a importância de diferentes pontos de vista no âmbito da pesquisa histórica. Nas minhas pesquisas sobre a ALN em Pernambuco tenho que deixar evidente que o estudo é apenas um ponto de vista de um pesquisador. De forma alguma tenho o objetivo de atingir a verdade absoluta. É muito menos dar como terminada o processo de investigação histórica. A partir deste meu trabalho, outros virão com novos olhares e outros procedimentos teóricos. A minha pesquisa está dentro de uma determinada perspectiva oriunda do meu ponto de vista sobre a atuação destes militantes. Contudo, esta premissa, não me permite ser tendencioso na análise dos documentos sobre a ALN. Eu não posso construir a imagem dos militantes da ALN em Pernambuco nem como heróis românticos, nem como bandidos. A análise da documentação dos arquivos dos órgãos de repressão, revistas, jornais e as entrevistas orais com os militantes têm que ser feita embasadas por critérios técnicos. Desta forma, não devo esconder documentos só porque eles não validam um determinado posicionamento político. Por outro lado, é preciso um conhecimento profundo do momento histórico que aqueles militantes viviam na década de 1960. Antes de investigar as fontes é preciso que se tenha um conhecimento das circunstâncias que elas estavam submetidas. Se isto não for executado, correremos o risco de nos deparar com uma grande fonte, mas nada ser extraído dela. Por falta de preparo e conhecimento do pesquisador. Em suma, temos que ter em mente que o importante para o historiador não é o furo da notícia jornalística e sim qual a outra leitura que temos sobre o tema. Para isso o importante não é fazer apenas meras interpretações e sim se calçar tecnicamente para mostrar outro olhar sobre o documento. Pois o historiador não é um ventrículo dos documentos.

Nos seus textos Koselleck também explora como os conceitos históricos podem gerar divisões profundas na sociedade. E como existe uma brutal diferença entre a linguagem

sobre os fatos políticos e os fatos propriamente ditos. Pois esta linguagem é sistematicamente construída. As técnicas de negação do outro e a construção de uma narrativa que sustente esta divisão esteve e está bastante presente na humanidade. Podemos citar o antagonismo entre comunistas stalinistas e os trotskistas que gerou perseguições sangrentas na URSS e até fora dela, como o assassinato de Trotsky no México a mando de Stalin. Vale salientar que estas divisões também se desenvolveram no interior das organizações armadas no Brasil. Do mesmo modo que aqui no Brasil podemos citar o sentimento contra o Comunismo que gerou centenas de mortes durante a ditadura militar. Entre as vítimas existiam comunistas e indivíduos que não eram nem esquerdistas, mas foram assassinados pelo simples fato de se oporem ao governo militar. Nos dias de hoje, este sentimento de antagonismo voltou à tona. Vimos durante o processo eleitoral brasileiro de 2018 agressões verbais e físicas, contra militantes políticos que eram identificados como comunistas. As narrativas de hoje, como no passado, também sustentam este antagonismo. Elas procuram associar pessoas que não estão identificadas com o pensamento de direita, como potenciais comunistas. Gerando uma antítese perigosa de ideias seja do ponto de vista econômico, sexual ou religioso.

O autor apresenta também uma abordagem sobre a utilização dos sonhos como fonte para compreensão dos sofrimentos causados por violências nas vítimas do holocausto. Analisando as diversas entrevistas que realizei durante meu projeto de pesquisa sobre os militantes que aderiram a ALN em Pernambuco. Percebemos a importância destas fontes, visto que todos relataram torturas atroz e períodos longos de prisão. Com certeza se pudessemos nos utilizar dos sonhos destes indivíduos poderíamos entender melhor como os anos de ditadura afetaram o interior daqueles jovens. Durante uma entrevista que realizei em maio de 2018, na cidade de João Pessoa, o antigo militante paraibano José Emilson Rodrigues (ALN/PCBR/PCR), relatou alguns sonhos que teve durante o cárcere. Neste relato, ele relaciona seus pesadelos a um folclore paraibano de uma galinha gigante salvadora e acolhedora. Seria muito interessante trabalhar com estas fontes, contudo como pondera Koselleck é preciso se utilizar de uma eficaz teoria antropológica.

O autor alerta em sua obra, a diferença entre a história e linguagem. Elas não coincidem, mas mantêm dependências. Portanto, ao lermos a historiografia sobre a ALN, por exemplo, temos que ficar atentos às ideias que estas palavras têm e não submeter estas

palavras a um processo de naturalização. Por outro lado, as pesquisas têm que manter uma dinâmica cronológica bem estruturada. Já a narração não precisa, ela pode ser executada sem a obrigatoriedade de uma rigidez cronológica. Outra abordagem bastante útil do autor é a sua preocupação de mostrar que o passado pode ter outro ressignificado através de abordagens em diferentes extratos temporais. Isto aumenta bastante à importância das pesquisas. Uma pesquisa sobre a ALN, hoje pode trazer através de descobrimento de fontes e de aprofundamento teóricos, outras perspectivas. Como resultado pode ajudar a entender melhor as relações de poder estabelecidas na época de atuação da organização armada.

O autor enfatiza também as ligações e diferenças que norteiam a relação entre expectativas e experiências. A experiência é um fator importante na expectativa, mas a expectativa também contém componentes de desejo e temores. Por outro lado, a experiência na memória dos indivíduos é formatada sinteticamente. Ela não se pauta por cronologia. São dois pontos que quero destacar. As expectativas dos militantes da ALN em Pernambuco sobre o desfecho de suas ações revolucionárias tinham vários componentes. Podemos entender as experiências vitoriosas da revolução cubana como exemplo. Contudo em suas memórias também circulavam temores e desejos. Por outro lado, como a experiência não é acessada na mente de forma cronológica. Não devemos, durante as entrevistas orais com os militantes da ALN, fazer perguntas aos entrevistados que tenham um sentido substancialmente cronológico.

Por último, na obra *Estratos do Tempo* Koselleck, discorre sobre repetições, singularidades históricas e explicações transcendentais. Estes conceitos são muito úteis para a pesquisa histórica que estou realizando. Quando estamos analisando um determinado período histórico, no meu caso as décadas de 1960 e 1970, as vezes as causas históricas são condicionadas a um processo de repetição. Isto pode nos levar a um erro como escreveu Koselleck, “Isso aconteceu por causa daquilo. Nisso consiste a reação *ex post*, que recorre a causas que podem ser sempre invocadas”. Por outro lado, ao analisar as possíveis mudanças nos processos históricos, temos que ficar atentos às repetições estruturais que estão contidas e ligadas a estes eventos.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007

\_\_\_\_\_. **A operação historiográfica.** In: A Escrita da História. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p 56 – 108

GINZBURG, Carlo. Sinais, **Raízes de um paradigma indiciário.** In: **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005

GUIMARÃES NETO, Regina B. *Historiografia, Diversidade e História Oral: questões metodológicas.* In: LAVERDI, Robson [et al.] (orgs). *História, desigualdades e diferenças.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 15-37.

FERREIRA, Jorge, **João Goulart,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel, *A ordem do discurso* /São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_, **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976) /São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_, **Segurança, território, população:** curso no Collège de France (1977-1978) /São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEVI, Giovanni. "Sobre A Micro-história". In: **BURKE, Peter (Org.). A Escrita Da História: Novas Perspectivas. Págs. 133-162.** São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni, **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBARDI, Ana Paula de Souza. **A guerrilha amordaçada: a ALN na imprensa (1969 a 1974).** 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade federal do Espírito Santo- Vitória, 2007.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos.** In PINSKY, Carla Bassanezi (org). São Paulo: Contexto, 2011. Pág. 112.

BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano.** Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009. Livro 4.

BRASIL, **Direito a verdade e a memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>>.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999.

LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda:** trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro urbano**. São Paulo, 1969. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>>. Acesso em:

MIR, Luís. **A Revolução Impossível**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964**. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 2, p. 391-416, dez. 2004.

NOVOA, Christiane; NOVOA, Jorge. **Marighella, o homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**. Rio de Janeiro: Editora Bestbolso, 2008.

REIS, Daniel Aarão. **Imagens da Revolução**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**, 3º volume. **Revolução e Democracia**. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_, **Luis Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. Companhia das letras, 2014.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: A experiência da microanálise**. Págs. 7-38. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Maria Clara Badan, **Mulheres da ALN**, 2011.

ROIO, José Luiz. Zarattini, **a paixão revolucionária**. São Paulo: Ícone, 2006.

ROLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009. Livro 4.

SALES, Jean Rodrigues. **A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil**. Revista Tempo (Revista do Departamento de História da UFF), v. 14, p. 199-217, 2008.

POENER, Arthur José. **O Poder Jovem**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1979, p.307.

CASTRO, Thiago Bicudo. **O Poder Jovem de Arthur José Poener:Tipos e mitos na construção da estudantil**. - Ponto e Vírgula (PUCSP), v. 17, p. 233-250, 2015.

BRASIL, **Direito a verdade e a memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>>.

LIBARDI, Ana Paula de Souza. *A guerrilha amordaçada: a ALN na imprensa (1969 a 1974)*. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade federal do Espírito Santo-Vitória, 2007.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro urbano**. São Paulo, 1969. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>>. Acesso em: 20/12/16.

MIR, Luís. **A Revolução Impossível**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

NOVOA, Christiane; NOVA, Jorge. **Marighella, o homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**. Rio de Janeiro: Editora Bestbolso, 2008.

REIS, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

KOSELLECK, Reinhart, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* /Rio de Janeiro: Editora, PUC- Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart, *Extratos do tempo: Estudos sobre história* /Rio de Janeiro: Editora, PUC- Rio, 2014.

## **FONTES**

### **Relatos orais**

- Dulce Chaves Pandolff, entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 2014.
- Carlos Eugênio da Paz, em entrevista ao Núcleo Piratininga de Comunicação, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 2013.

